

---

## PARA NÃO DIZEREM QUE NÃO FALEI DE FLORES UM OLHAR QUASE HISTÓRICO SOBRE O MOVIMENTO AMBIENTALISTA

Maria Augusta Mundim Vargas\*

A empreitada de contextualizar a trajetória do movimento ambientalista no âmbito da Educação ambiental como instrumento prático de desenvolvimento e sustentabilidade do meio ambiente, é impossível de se realizar nos limites que se impõem, não somente pelo tempo e contexto do evento, mas também pelas limitações de minha formação. Por mais estudiosos e interessados pelas questões ambientais, somos e devemos nos posicionar sempre como parte de uma complexidade que abarca várias áreas do conhecimento, e que se concretiza socialmente numa gama enorme de saberes, ideologias, atitudes, instituições, etc, etc.

Contudo, o momento é fecundo para a Universidade Federal de Sergipe, para o MOPEC – Movimento Popular Ecológico e para o IBAMA-SE.

Este evento insere-se na programação maior da UFS que, juntamente a tantos outros, vem selando a comemoração dos 30 anos de fundação da nossa Universidade.

A UFS nasce portanto, contemporânea ao surgimento do movimento ecológico, entendido como conscientização de uma questão planetária e não mais pontualizada. Ela nasce contemporânea aos movimentos pacifistas e contestatórios ao modelo econômico dominante que fervilharam nos quatro cantos do mundo na segunda metade dos anos 1960.

Esta mesa redonda oportuniza a Universidade Federal de Sergipe comemorar seus 30 anos compartilhando com as representações aqui presentes seu papel na produção do conhecimento da realidade sergipana bem como seu posicionamento aberto e muitas vezes propulsor do debate de questões de nosso interesse.

Este evento é importante para o IBAMA que, enquanto vertente ambientalista do Estado, mostra-se presente em eventos como este que visam, dentre outros, a ampliação dos horizontes do movimento ambientalista sergipano, o conhecimento de outras realidades, a troca de informações e até mesmo futuras assessorias.

---

<sup>1</sup> Palestra proferida em 23 de setembro de 1998, no seminário Trilhas da Cidadania Ambiental organizado pelo MOPEC – Movimento Popular Ecológico, com o patrocínio do Programa Brasil em Debate da Pro-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Sergipe e do IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis.

\*Prof<sup>a</sup>. do DGE/NPGeo/NESA. Universidade Federal de Sergipe<sup>1</sup>

Este evento é igualmente importante porque traz para o MOPEC a visibilidade de uma ONG num Estado carente de representatividade ambientalista e sobretudo, num momento de campanha eleitoral cujos papéis de representatividade ficam obscuros diante do discurso eleitoral que direta ou indiretamente apropria indevida e incorretamente das questões ambientais.

Portanto, é num contexto de comemorações e também de lutas que nos posicionamos hoje, diante de uma temática e de uma problemática cuja roupagem e abordagem já atravessaram 3 décadas.

Procurarei seguir um roteiro didático tentando percorrer e sintetizar o movimento ecológico caracterizando-o se não por e pela sua essência, pelo menos a partir de uma leitura de seus termos constitutivos mais gerais.

Nesta tentativa didática, destaquei na análise a qualificação das décadas de 1970-80 e 90, nomeando-as e caracterizando-as, pela minha leitura, em 3 momentos distintos mas que se imbricam na evolução processual do que hoje temos construído como movimento ambientalista.

Assim, tentarei seguir esta periodização a partir dos elementos constitutivos de meu alcance e a partir da qualificação da década de 1970 como a de sacralização da natureza; da década de 1980 como a de politização da ecologia e, a quase findada década de 1990 como a da globalização e dos individualismos frente a natureza e a ecologia.

## **1- A SACRALIZAÇÃO DA NATUREZA OU O DESPERTAR DO CULPOSO**

A humanização da natureza foi enfim questionada nos meados dos anos 1960, sobretudo no que se referia a escala e o ritmo de alterações provocadas. O antropocentrismo exacerbado é posto em cheque e a capacidade do homem de destruir a si próprio é apontada como um mal a ser corrigido: fazia-se necessário controlar, minimizar e até mesmo eliminar a erosão dos solos, a poluição das águas, a poluição atmosférica, a produção de lixo, principalmente o lixo atômico; repensar um novo modelo de desenvolvimento que não colocasse em risco a vida biológica no planeta. A camada de ozônio poderia ser ou já deveria estar afetada o que provocaria o aquecimento da Terra, o efeito estufa.

É evidente que este despertar não foi unísono. Muitas correntes surgiram apregoando desde o crescimento zero, isto é, uma total negação e inversão do modelo dominante iniciado com a revolução industrial; até a defesa na crença de que o desenvolvimento de novas tecnologias solucionariam e corrigiriam os males vivenciados pela poluição e pela contaminação. Como bem colocou SACHS (1986), a tomada de consciência dos problemas ambientais apareceu simultaneamente como causa e como sintoma deste estado de espírito que abarcava posições radicais e ufanistas.

Entretanto, o que vale ressaltar de mais importante na década de 1970 é a saída ou mesmo o transbordo das questões e inquietações sobre o meio ambiente das academias

e dos círculos de pesquisa para as ruas, praças, cafés, para as mesas e discussões familiares. ACOT(1991) traduz como laicização da ciência e HOBBSAWM (1996) afirma que “nenhum período da história foi mais penetrado pelas ciências naturais nem mais dependente delas dos que o século XX, mais precisamente a década de 1970”.

O fato é que o mundo mudou, ou melhor a maneira de ler o mundo mudou e na essência da mudança, o fenômeno ambientalista surge como decisivo. Surge como definiu TOURRAINE (1987) “como um fenômeno histórico complexo e multisetorial, não apenas como um movimento social stricto sensu, mas como um movimento histórico de transformação civilizatória”. O movimento ecológico ou movimento ambientalista (não é o momento de analisarmos as diferenças ou a semântica dos termos) surge portanto, no cerne das mudanças de valores, insere-se nas metas sociais do cotidiano e, conseqüentemente, na discussão do futuro.

Pois bem, este que denominamos primeiro momento do movimento ambientalista é caracterizado sobretudo pela sacralização da natureza definido de uma maneira geral, pelos posicionamentos em defesa da preservação da natureza e de denuncia dos excessos.

A nível mundial, a Conferência de Estocolmo (1972) sobre os Direitos Humanos e o Meio Ambiente foi um marco na conscientização do que reduzimos em “questão ambiental”. Neste sentido é importante lembrar o papel da Conferência na criação de agências de governo voltadas para a problemática do meio ambiente. Este movimento proporcionou a criação do que VIOLA (1990) denominou de ambientalismo de Estado.

No Brasil, VIOLA (1987) produziu uma periodização do movimento definindo este período que adotamos com a caracterização geral de “sacralização da natureza”, como “fase ambientalista – de 1974 a 1981”. Sua periodização inicia-se portanto, com a avaliação das ações dos grupos e associações criados nos primeiros anos desta década. Ele evidencia o papel da AGAPAN ( Associação Gaúcha de Proteção ao ambiente Natural) e de seu fundador prof. Lutzenberger como primeira associação ecologista do Brasil e da América Latina, voltada para a proteção da fauna e da flora e para o combate a poluição e degradação dos solos.

Ele também traça o perfil de atuação, distinguindo as associações entre os movimentos de denúncia da degradação ambiental nas cidades e as comunidades alternativas rurais. Nas primeiras destaca-se o papel de seu fundador ou de um membro que mais se destaca, diferenciando-se do grupo, sobretudo pela predominância de acadêmicos e universitários como líderes e, muitas vezes, personificando a associação. O segundo poderíamos exagerar, traduzindo-o como um reflexo do movimento da contra cultura dos anos 60, e assim, de atuação tardia no Brasil. Trata-se das comunidades alternativas, compostas por jovens de grandes cidades que elegeram determinados lugares como santuários ecológicos e cuja prática cotidiana era regida pelo respeito a natureza e pela produção do essencial para a sobrevivência sem o uso de produtos químicos.

Assim, ele também reforça o divisor de águas entre os combativos da poluição que dedicavam-se sobretudo à denúncia, os defensores da preservação que enfatizavam a

criação de reservas e parques e os rebeldes radicais que ao se isolarem, marcavam a constituição de novos territórios sociais.

Neste amalgama de posicionamentos, entendemos que o movimento ecológico uniu as diversas correntes no repensar a natureza, pesando em todas o sentimento de culpa, sobretudo em nós ocidentais, de nossa relação com o meio e com os homens. A denúncia e a rebeldia inserem-se neste processo que entendo de sacralização, traduzindo práticas de muitas associações vistas hoje como ingênuas e até mesmo inócuas.

## 2- A POLITIZAÇÃO DO MOVIMENTO ECOLOGICO

A década de 1980 será importante no Brasil, não apenas pelas mudanças políticas que se processaram com o término da ditadura militar, mas também pela ampliação do movimento ecológico e seu amadurecimento e, conseqüentemente, sua visibilidade de atuação em questões políticas. VIOLA (idem 1987) *traça um período de transição com a chegada no Brasil de presos políticos como Gabeira e o início do tratamento das questões ecológicas pelos partidos políticos, o PT e o PMDB.*

Contudo, a concretização, ou melhor a visibilidade destas mudanças realmente são postas para análise a partir de 1985, quando se amplia os movimentos sociais surgindo grupos de defesa de interesses particulares e específicos com relação a natureza, tais como de proteção a uma determinada espécie em extinção, de defesa de uma área que será inundada, bem como grupos de interesse geral do bem estar como os de defesa do consumidor, de defesa da mulher, de defesa da qualidade de vida urbana, dentre outros. Surgem também os movimentos de rua em defesa das eleições diretas em cujo palco acenaram bandeiras das mais diversas causas; surge o PV - Partido Verde - em 1986 como marco político do movimento ecológico; surge o ambientalismo empresarial multisetorial, abarcando tanto a produção de alimentos naturais e a medicina natural quanto as unidades de reciclagem de lixo, as unidades produtoras de equipamentos antipoluentes e as unidades produtoras de protótipos de energia alternativa de fontes renováveis como biodigestores, coletores solares e cataventos.

Enfim, o ambientalismo é apropriado pelos mais diversos segmentos. A comunidade universitária ainda se faz importante na condução de vários grupos e associações, bem como na produção de coleções, diagnósticos, pareceres e estudos sobre a qualidade do meio ambiente. Contudo, outras vozes vão ressoar, sobretudo nos meios de comunicação. Programas temáticos, matérias jornalísticas, músicas, poesias, revistas especializadas passam a tratar o meio ambiente como temática de fundo e de peso na mensagem. A Igreja, ou melhor, a religião não se furta ao posicionar-se. Os Adventistas passam a produzir a marca Superbom e os católicos criam a pastoral da Ecologia. O Estado procura evoluir de seu posicionamento de controle e edita em 1981 a Lei 6938 que define a Política Nacional do Meio Ambiente, modificada na mesma década pela Lei 7 804 em 1989, quando apresenta um conjunto de instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente que abrem à atuação dos movimentos ambientalistas, tais como o estabelecimento de penalidades disciplinares ou

compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental.

Mundialmente, a década foi marcada pela publicação e discussão do relatório Bruntland (1987) como referencial preparatório da Conferência Mundial para o Desenvolvimento e Meio ambiente, a Rio-92 ou Eco-92. Em síntese, o movimento ambientalista já não pode mais ser analisado e avaliado pelas vozes de denúncia e sacralização da natureza. Nesta tentativa de leitura, tomo mais uma vez a tipologia desenvolvida por VIOLA (idem 1987), *quando nos sinalizou para o surgimento de vertentes: a fundamentalista* (“de herança anarconilista, crê na irreversibilidade da lógica predatório-exterminista do mundo contemporâneo”); *a vertente realista* (“que aposta na possibilidade de transformação da sociedade, num movimento ecológico rígido nos princípios e flexível na interação com a sociedade”); *a vertente ecossocialista* (“favorável à ruptura com a sociedade capitalista pois entende ser impossível compatibilizar capitalismo e ecologização”); e, finalmente *a vertente ecocapitalista* (“que argumenta em favor do mercado como alocador de recursos, mercado este disciplinado pelo Estado que se posiciona como guardião ecológico da sociedade – através da transformação do Estado de Bem Estar Social em Estado de Bem Estar Ecológico”).

Diante dos fatos podemos hoje avaliar que a vertente realista prevaleceu como dominante e norteadora do debate mundial. A insustentabilidade do modelo econômico manteve-se na pauta mas, numa economia mundializada, o debate ficou centrado nas competências entre o Norte desenvolvido e o Sul subdesenvolvido. Os blocos de poder bateram o “mea culpa”, mas a divisão das responsabilidades ainda estão por ser definidas.

No que diz respeito a política de qualidade ambiental, o aquecimento da Terra, o efeito estufa, os perigos da energia atômica e do armamento nuclear e o conseqüente lixo, bem como a perda da biodiversidade, mantiveram-se, como nos anos 1970, na tônica das propostas de minimização dos riscos de sobrevivência das gerações futuras.

Em Sergipe, neste período, ocorre a manifestação tardia do processo que marcou o mundo e os Estados do Sul e Sudeste na década anterior: a manifestação de denúncias, a manifestação preservacionista e a manifestação de controle da poluição. É nesta década que sobretudo a ASPAN aparece, na pessoa de Genival, como entidade de denúncia da poluição urbana, sobretudo na destruição dos manguezais, na defesa da preservação da Serra de Itabaiana e das tartarugas da costa norte. É neste período que a agência de meio ambiente, a ADEMA é criada e inicia sua ação no cumprimento da legislação básica, centrada principalmente no controle da poluição das águas, do solo e na medição das emissões gasosas.

Foi portanto, tardiamente que o movimento ecológico sergipano evoluiu da sacralização da natureza para a politização. O MOPEC e o SESEP são entidades que marcam essa característica politizada do trato das questões socioambientais, demarcando para nós, muito mais um período de transição do que a inserção de suas práticas na caracterização do movimento mundial e nacional em curso.

### 3- DA GLOBALIZAÇÃO E DOS INDIVIDUALISMOS CONTEMPORANEOS

Creio ser pertinente iniciar a caracterização do período com a apresentação mesmo que sucinta do documento do fórum das ONG's brasileiras, produzido em Belo Horizonte, em abril de 1992 e, portanto, preparatório à Rio-92.

- “ - queremos um desenvolvimento embasado em valores e princípios universalmente aceitos, a fim de que não venha a ameaçar nenhum desses direitos...*
- o desenvolvimento que queremos é aquele em que os povos e os grupos sociais possam definir seus anseios e construir uma gestão democrática da diversidade, tendo em vista o bem estar de toda a humanidade....*
  - o compromisso com a sustentabilidade da vida deve se fazer presente nas suas múltiplas dimensões concretas: econômica, social, política, cultural e espiritual...*
  - homem e meio ambiente não se separam. A humanidade forma um todo orgânico com o mundo natural; sua vida interior molda o meio ambiente e ela própria é profundamente influenciada por ele...*
  - a educação universal deve ser objeto da maior atenção e apoio por parte das nações, pois nenhuma delas alcançará o desenvolvimento sustentado sem que a educação alcance todo o seu povo”*

*(p. 163-165)*

Entretanto, após a Rio-92 os debates ambientais isolaram-se nos gabinetes internacionais e nacionais responsáveis pela preparação de documentos legais, protocolos de intenção, relatórios indicativos, etc, etc. Não posso deixar de registrar meu pessimismo com relação a prática global. Decorridos 30 anos após o início do movimento ambientalista, a última exposição das nações deste século, a EXPO-98, que se finda no próximo dia 30 de setembro em Lisboa, ainda acena para os mesmos problemas apontados na década de 1970.

Ao eleger os oceanos como temática maior, os pavilhões especialmente construídos são apelativos da destruição e extinção das espécies, dos riscos da poluição das águas, especialmente aqueles provocados pelas indústrias químicas e pelo lixo atômico, da importância da utilização de fontes energéticas alternativas, principalmente a eólica e a solar, enfim, uma demonstração clara de que decorridos 30 anos, ainda nos deparamos com os mesmos problemas apontados nos anos 1970, na Reunião de Estocolmo, no relatório Bruntland, na Rio-92, na Rio + 5, ontem.... hoje.

Contudo, para não dizerem que não falei de flores, creio que a ausência de uma efervescência de debate sobre as questões ambientais emergenciais não é uma realidade. Esta é apenas uma ausência aparente. Para muitos, não se fala mais em ambiente, meio ambiente e preservação ambiental. Para eles, a preservação do litoral é engolida pela

indústria do turismo na venda de sol e mar; a mata atlântica e a amazônia são vendidas como refúgio de spas e turismo ecológico; a internet e os canais de tv pagos Travel e Discovery nos proporcionam o turismo virtual da natureza intocada que pode ser num apertar de botões, consumida no tempo real que a globalização nos proporciona.

No seio desta aparente fuga do ambientalismo da mídia e da titulação dos movimentos mais recentes, não se pode negar a interveniência constitutiva da preocupação com o bem estar, com os racismos, com o direito das minorias, com a preservação da cultura, etc, etc. Acena-se para um movimento de transcendência. Com certeza, os anos 1990 ainda estão por ser melhor analisados e visualizados. A questão que nos depreendemos neste momento e que diz respeito a aqui chamada “questão ambiental” é a seguinte: Ainda existem movimentos ambientalistas?

Ora, como entender como não ambientalista os movimentos de defesa da cultura, da língua e do território, surgidos na Europa dos anos 1990? Como entender como não ambientalista as questões de gênero, raças, etnias e minorias, pelas quais vêm surgindo um série de ONGs na defesa de seus interesses? Poderíamos aqui citar uma série de exemplos, internacionais, nacionais e também locais. Contudo, o que vale ressaltar é que, no meu entendimento, o ambientalismo evoluiu para o social, incorporando como prioridade a defesa da cidadania.

É evidente que se trata de um aspecto extremamente importante, na medida em que a sacralização da natureza é desmistificada e a politização volta-se para a formação do cidadão pleno, cômico de seus direitos e deveres. Desta maneira, creio que muitos podem estar fazendo uma leitura de que o movimento ambientalista esteja ultrapassado, mas eu, particularmente, faço uma leitura de evolução, de mudança.

A evolução e a mudança são claramente visualizadas na adjetivação. Não há mais sentido em firmar-se como movimento ecológico ou movimento ambientalista. É fundamental que se posicione como movimento social e é evidente que esta evolução deu-se pela prática dos movimentos ambientalistas.

Faço portanto, essa leitura otimista da evolução do movimento ambientalista que TOURRAINE tão bem definiu como movimento histórico, apontando em seu processo o posicionamento nas questões individuais sim, mas profundamente transformadoras do indivíduo e do cidadão.

## Referências:

- ACOT, Pascal. *História da Ecologia*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1991.
- FORUM DAS ONGs – *Meio ambiente e desenvolvimento: uma visão das ONGs e dos movimentos sociais brasileiros*. Rio de Janeiro: Forum da ONGs brasileiras, 1992.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo, Vértice, 1986.
- TOURRAINE, Alain. Le lotti antinucleari *In Ecologia Política*. Milano: Feltrinelli, 1987.
- VIOLA, Eduardo J. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986), *Revista brasileira de ciências Sociais*, v.1, nº 3, , fevereiro, p. 27-37, 1987.
- VIOLA, Eduardo J. & BOEIRA, Sergio L.. A emergência do ambientalismo complexo-multissetorial no Brasil (particularmente na microrregião de Florianópolis) nos anos 80. Florianópolis, Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente, IV, *Anais...* Florianópolis: UFSC ; Brasília: IBAMA, p.41-100, 1990. (Textos Básicos)

## ABSTRACT

This is study in the developing of the enviromental lines en the chronological period of the past thirty years. It aims to analyse the main trnds of each enviromental moment. In this way, 70's are characterised by the concern of preservation of natural resourses. In the 80's is developped a figth by ecologists in order to obtain political rights. And in the 90's it seems to be a contradiction between globalisation and local or individualistic movements.